

Sindicatos dos trabalhadores da saúde se unem para assegurar melhorias nas condições de trabalho

Trabalhadores estão determinados a pôr fim na crise da saúde de Cruz Alta

Os Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde, preocupados com a situação dos hospitais de Cruz Alta, convidaram a categoria e a população para participarem de uma Assembléia, quinta-feira, dia 17 de novembro, às 19 horas, no salão paroquial da Igreja Catedral, para debaterem os problemas da saúde na cidade.

A Assembléia decidiu que a solução para a crise que se abate sobre os três hospitais da cidade deverá ser resolvida de forma negociada. O prefeito, Wilson Roberto dos Santos, como poder público, ficou responsável em contatar com o Juiz do Trabalho, Luiz Antônio Mecca, para

junto com as entidades sindicais, Direitos Humanos, Conselho Municipal da Saúde, Ministério Público e o deputado estadual da região, Pedro Westphalen, chamarem os três administradores para negociar uma solução.

Fotos: Ique Silveira



Assembléia reuniu a categoria e a população

Nesta edição

PÁGINA 2

Práticas Anti-Sindicais

PÁGINA 3

Relatos das Situações Humilhantes

PÁGINA 4

Problemas nos Hospitais

Negociação ou a Lei



Menezes (ao centro) propôs a negociação

A proposta de encaminhamento apresentada pelo presidente do Sindaúde-RS, João Menezes, tem por objetivo abrir um processo de conversação com os hospitais. No entanto, para que o Sindicato seja parceiro é preciso que parem com as políticas anti-sindicais e melhorem as relações de trabalho. "Caso a proposta de negociação não seja acatada pelos administradores, então exigiremos da Justiça do Trabalho que se cumpra a lei, com o imediato pagamento de salários. Caso contrário, que seja aplicada multa diária e o poder público seja responsabilizado conforme consta no artigo 196 da Constituição Federal", ressaltou Menezes.

Responsabilidade de todos

No entendimento do Sindaúde-RS existe uma solução, por isto a necessidade de buscá-la de forma negociada, envolvendo todos os poderes e diversas entidades da sociedade. "Queremos desafiá-los para juntos encaminhar a solução. Temos consciência que esta situação transpõe as relações patrão versus empregado, tornando-se uma questão social de responsabilidade de todos", acrescentou Menezes.

A assembléia, organizada pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos em Serviços de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Feessers), Sindaúde-RS e Sindiesca, iniciou às 19h30, no salão da Igreja Catedral e reuniu cerca de 150 pessoas. Para mobilizar os trabalha-



Mobilização teve ampla divulgação

dores e a população foram afixados cartazes pelos hospitais e em locais públicos, distribuídos três mil panfletos, publicados três A pedidos, no jornal diário, e teve uma ampla divulgação nos jornais

locais, nas rádios e na TV, com duas exibições no Jornal do Almoço, da RBS TV, numa entrevista com o presidente do Sindaúde-RS e na forma de notícia, nos dias 17 e 18.

Instituições questionam hospitais e as práticas contra o sindicato

No início da assembléia falaram as entidades Sindicais, João Menezes, pelo Sindisaúde-RS e Eva Rosalina pelo Sindiesca. Depois os Direitos Humanos, Paulo Oliveira e Darci Carpovinski, o Secretário Municipal da Saúde, José Martins, o Prefeito, Vilson Roberto, e o representante do Ministério do Trabalho, Cláudio Carvalho. Após foi aberta a palavra para os presentes e encaminhamento das propostas.

Liberdade de pensamento – “Estamos vivendo na história do movimento dos trabalhadores da nossa terra um dos momentos mais tristes. Estão cerceando o direito dos trabalhadores pensarem. No momento que perdem este direito viram escravos. Temos hospitais de primeiro mundo, com recursos para construir estas maravilhas e não têm para pagar funcionários”, questionou Darci Carpovinski.

Para José Martins a crise já vem de antes desse governo. “Estamos sentindo que está se aprofundando cada vez mais e quem está financiando a saúde de Cruz Alta são os trabalhadores. No momento que eles não tiverem mais condições fecham-se os hospitais”, constatou. “O grande problema está no gerenciamento da saúde. Na hora da crise os hospi-

tais sempre buscam o poder público para tapar os seus furos. Não podemos continuar desta forma. Temos que discutir o custo real e geral destes hospitais e mudar o enfoque do debate para superação da crise”, destacou o secretário da Saúde.

Péssima notícia - O presidente da Feessers, Milton Kempfer, estava coordenando os trabalhos e antes do prefeito se pronunciar, informou que naquela tarde a Assembléia Legislativa do Estado reprovou a emenda popular que destina 12% do orçamento anual do Estado para a saúde. “Mais uma vez o Rio Grande do Sul está sendo prejudicado. O governo Rigotto será o recordista em retirar dinheiro da saúde. A cada ano são mais de R\$ 250 milhões, no final da gestão serão mais de um bilhão



Fotos Ique Silveira

Carpovinski: Estão cerceando o direito dos trabalhadores pensarem

de recursos retirados da área”, criticou Kempfer.

O prefeito Vilson Roberto iniciou lamentando a notícia considerando-a péssima para os municípios. “O estado é pouco atuante em muitas áreas, faz muita propaganda e não cumpre aquilo que se compromete. Os municípios é que ficam com um enorme peso”, criticou. Para Vilson a crise além de ser cíclica agora é mais perversa e parece que os administradores dos hospitais estão preparados e se antecipam a elas.

Estado não cumpre sua parte - O prefeito esclareceu a relação do município com o hospital São Vicente de Paulo. “Nós colocamos neste hospital um recurso que não é pouca coisa, são R\$ 800 mil, acertamos o repasse de R\$ 100 mil por mês e estamos repassando a quarta parcela de R\$ 15 mil reais. Enquanto isto o Estado ainda não repassou a sua parte de R\$ 70 mil, do convênio que era fundamentalmente para pagar os salários”, relatou o prefeito.

Como único gestor na assembléia, Vilson disse que a Prefeitura

teve que fazer esta opção, mas isto não vai acontecer no ano que vem. “Nós vamos priorizar a rede básica de saúde. E não vamos mais cair nesta pressão para dar mais verbas para estes hospitais”, anunciou.

O prefeito também se colocou a disposição para ajudar na luta dos trabalhadores. “Somos parceiros para resolver o problema”, se prontificou. O representante do Ministério do Trabalho, Cláudio Carvalho, falou dos problemas da instituição e que agência de Cruz Alta já foi forte, e teve três fiscais, mas hoje só tem ele. Como contribuição disse que não adianta matar a vaca. “O que sempre se orienta é que primeiro paguem os trabalhadores. Como alguém vai viver se não recebe o salário”, questiona.

Gilmar França diretor do Sindisaúde-RS questionou a nota publicada no jornal diário pelo administrador do hospital São Vicente, e disse que da última vez que esteve na cidade, há três anos, a situação não avançou em nada. “Não é só a questão do salário que está em jogo mas os direitos do ser humano”, concluiu.



Vilson Roberto: Colocamos neste hospital um recurso que não é pouca coisa



Esta publicação é de responsabilidade do Sindisaúde-RS, Feessers e Sindiesca

Sindisaúde-RS: Rua João Guimarães 37 e 41 - Santa Cecília - Porto Alegre/RS - CEP 90630-170 - (51)3330.5511 - 3330.5503 -

Clínica: Rua Vicente da Fontoura, 2222 - (51) 3333.1916 - www.sindisaude.org.br - direcao@sindisaude.org.br

Feessers: Rua Santo Antônio, 635 - Bom Fim - Porto Alegre/RS - Fone: (51)3311.5343 - feessers@terra.com.br - www.feessers.org.br

Sindiesca: Rua Cel. Martins, 397 - São Miguel - Cruz Alta/RS - Fone: (55)3322.7511 - sindiesca@comnet.com.br

Jornalista responsável: Luis Henrique Silveira DRT/RS 7998 - jornal@sindisaude.org.br - **Projeto gráfico e diagramação:** Marcelo

Souza - Engenho Comunicação e Arte Ltda - (51)3217.2493 - **Impressão:** VT Propaganda e Mídia - **Tiragem:** 10.000 exemplares

Trabalhadores relatam as situações humilhantes que estão passando

Durante as diversas intervenções dos presentes foram relatadas as dificuldades vividas pelos trabalhadores dos hospitais, por causa do atraso de salários.

Um funcionário há 30 anos no hospital Nossa Senhora de Fátima, disse que está sendo humilhado nas lojas, porque não tem dinheiro. Sua água e luz já foram cortadas, porque não pagou durante três meses e teve que pedir dinheiro emprestado. Mas o que mais o deixou indignado foi o fato de ser intimado pelo Ministério Público para justificar uma fatura de cobrança do hospital de atendimento pelo SUS. “Eu perguntei para o administrador o que se tratava àquela fatura e ele riu de mim e não me deu nenhuma satisfação. Mas se eles cobraram indevidamente o SUS, eles é que vão pagar”, destacou.

Na mesma situação estava uma funcionária, com mais de 15 anos de hospital São Vicente, que além de estar com o nome no Serasa, por causa dos empréstimos consignados, esteve com problemas de saúde e o médico não quis dar atestado para ela. “Ele disse que eu poderia não trabalhar naquele dia, mas teria que pagar aquelas horas”, reclamou.

Outra trabalhadora, com 25 anos de Hospital Santa Lúcia, estava preocupada porque trabalha no PSF, e está vivendo com este salário, que é pouco, mas agora a Secretaria da Saúde



População e trabalhadores compareceram ao chamado

está exigindo que os trabalhadores cumpram 8 horas por dia. Desta maneira ela teria que abandonar uma das fontes de renda. “Mas eu não quero e não posso abandonar nenhum dos dois”, relatou questionando o secretário da Saúde.



Nina: Usam os trabalhadores para conseguir recursos públicos

Conselho Gestor - Nina usuária do SUS cansou de ver o administrador, do São Vicente, chorando ao longo dos anos, usando os trabalhadores para conseguir recursos do Município para os hospitais. “Temos que cobrar que seja implantado o Conselho Gestor”, propôs. Representantes de outros sindicatos como CPERS, Bancários, Eletricitários (Senergisul) e o Sinpro tam-

bém se pronunciaram em solidariedade aos colegas da saúde. A Assembléia foi muito importante para mostrar a organização dos trabalhadores e também para contribuir com a solução geral da crise dos hospitais e com o sistema de Saúde na cidade. Na avaliação geral esta ação dos trabalhadores da Saúde e de seus sindicatos é o primeiro passo para a solução definitiva do caos dos hospitais da cidade.

Hospitais não pagam os funcionários e não respeitam o direito de organização sindical

Os hospitais de Cruz Alta afrontam a Constituição Federal e o direito dos trabalhadores de se organizarem no seu Sindicato e lutarem por seus direitos, prejudicando o atendimento à saúde da população Cruz-altense.

Com práticas antidemocráticas e anti-sindical impõe aos trabalhadores que se desfilie da entidade, se apropriam do dinheiro dos trabalhadores e não repassam as mensalidades sindicais e o desconto assistencial para o Sindicato.

Para garantir os seus direitos, 114 trabalhadores da saúde entraram com ações judiciais individualmente e o Sindiesca entrou com outras 31 ações coletivas contra os hospitais Santa Lucia, São Vicente de Paulo e Nossa Senhora de Fátima.

Audiências na Justiça do Trabalho

Nos dias 14 e 16 de novembro, o Sindiesca participou de três audiências na Justiça do Trabalho, cobrando o pagamento dos salários atrasados dos três hospitais. Como não houve acordo entre as partes o Juiz do Trabalho, Luiz Antônio Mecca, marcou novas audiências para novembro, dezembro e janeiro.



Na audiência com a Sociedade Médica os diretores do Sindisaúde-RS e da Feessers participaram como ouvintes.



Na audiência com o Hospital São Vicente foram convidados a se retirarem da sala, por solicitação da advogada do hospital.

Problemas nos hospitais

Fotos: Ique Silveira

As diretorias do Sindisaúde-RS, Sindiesca e Feeseers visitaram os hospitais para verem a situação de cada um e convidar os trabalhadores a participarem da assembléia no dia 17 de novembro. Eles visitaram os hospitais Nossa Senhora de Fátima e São Vicente e não sofreram nenhum constrangimento. No hospital Santa Lúcia foram impedidos de entrar pelos funcionários a mando do administrador, Fernando Scarpellini. A Brigada Militar foi acionada para surpresa dos dirigentes.

O soldado por telefone informou ao administrador que nada poderia ser feito, pois a situação estava normal e os sindicalistas não estavam fazendo nada que justificasse a atuação da Brigada. O administrador, por telefone, solicitou que os sindicalistas fossem retirados do local. Diante da insistência, o soldado ligou para o Comando. Conforme o soldado o administrador deveria então registrar uma ocorrência e eles iriam até a casa dele para que assim o fizesse.

Os diretores sindicais questionaram a atitude dos soldados e o papel da Brigada de registrar ocorrência a domicílio e relataram o fato ao comando da Brigada no dia seguinte, através de ofício e solicitaram explicações sobre este tipo de procedimento. No dia 23 de novembro o sindisaúde foi informado através do ofício 346, do dia 18/11/2005, que o comandante do 16º BPM, Major Nelson Garcia, instaurou um procedimento administrativo para apurar a denúncia.

Nossa Senhora de Fátima

· Não está cumprindo o Dissídio Co-

letivo de 2003/2004, julgado procedente em junho de 2005;

· Não repassa as mensalidades sindicais e o desconto assistencial, mesmo através de ações judiciais. Atualmente deve as mensalidades sociais desde novembro 2004 e a contribuição assistencial de 2001 e 2002;

· Descontou o imposto sindical/2005 e não repassou aos cofres do Sindiesca;

· Deve aos trabalhadores 60% do salário de julho, 100% dos meses de agosto, setembro e outubro/2005;

· Não cumpriu o termo de ajuste de conduta (TAC), assinado pela administração do hospital e Ministério Público do Trabalho desde 17 de julho de 2005;

· Promove representações (queixa crime) contra os diretores sindicais;

· Não negocia com o Sindiesca e não comparece nas reuniões de negociação proposta pelo Sindicato no MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Hospital Santa Lucia

· Não paga os salários, passa por cima do Sindicato e convocou assembléia dos trabalhadores, como ocorreu no dia 24 de outubro para forçar os funcionários a abdicarem de seus direitos trabalhistas e das ações ajuizadas pelo Sindiesca;

· Em 2002, emprestou dinheiro para os seus diretores e outras instituições, no valor de R\$ 531.597,03 (Quinhentos e trinta e um mil quinhentos e noventa e sete Reais e três centavos). Em novembro, do mesmo ano, começaram os atrasos de salários.

· Não repassou as mensalidades sindicais e o desconto assistencial, nem através de ações judiciais. Atualmente



Sindisaúde-RS e Feeseers solicitam explicações da Brigada Militar

te deve os meses de agosto, setembro e outubro/2005 e a contribuição assistencial de 2001 e 2002.

· Trocou diretor sindical de horário e turno, sem o consentimento dos mesmos;

· Não está cumprindo o Dissídio Coletivo de 2003/2004, julgado procedente em junho de 2005;

· Impôs desfiliações do sindicato;

· Deve aos trabalhadores parte dos salários do mês de agosto/2005 e todo o salário de outubro.

· Não negocia com o Sindiesca e não comparece nas reuniões de negociação proposta pelo Sindicato no MTE.

· Não tem dinheiro para os salários, mas contrata segurança para impedir a entrada dos diretores do sindicato.

Hospital São Vicente de Paulo

· Deve aos seus funcionários: 30% do salário de fevereiro, 20% de abril, 20% de maio, 15% de julho, 100% agosto e 100% de setembro.

· Não depositam INSS e FGTS desde 2000.

· As férias não são pagas conforme

legislação.

· Devem ao Sindiesca as mensalidades de: fevereiro, abril, maio, julho, agosto e setembro.

· Descontou o imposto sindical/2005 dos trabalhadores e não repassou ao Sindiesca;

· Constrange os trabalhadores exigindo desfiliações obrigatórias do Sindicato em prol da manutenção do Emprego.

· Em 2005, registrou cinco queixas crimes contra os diretores do Sindiesca;

· Contratou segurança para impedir o acesso de dirigentes sindicais no hospital;

· Não negocia com o Sindiesca e não comparece nas reuniões de negociação proposta pelo Sindicato no MTE.

· Desconta os valores referentes a empréstimos bancários com a Caixa Econômica Federal em consignação da folha de pagamento dos funcionários e não repassa para o banco desde fevereiro/2005.

· Não permitiu a participação do Sindicato no Conselho Gestor do Hospital;



Visita ao hospital Nossa Senhora de Fátima



Visita ao hospital Santa Lúcia



Visita ao hospital São Vicente de Paulo